

poderiam sair vitoriosos em uma licitação”. O projeto prevê ainda a suspensão de participação de licitação e impedimento de licitar com a Administração Pública por 2 (dois) anos.



Deste modo é clarividente que o entendimento dos órgãos de controle, e legislativo, demonstram-se avessos ao uso desta tecnologia. Embora haja projeto de Lei em comento ainda não foi convertido em lei, significa que não há tipificação jurídica específica para a conduta em comento, ou seja, não há uma penalização específica para o uso de “rôbos”, possibilitando interpretar que a tipificação legal mais próxima à utilização do “robô” está prevista no art. 90 da Lei de Licitações nº 8.666 de 1993, eis que o entendimento é a frustração da competitividade visando vantagem para si, conduta considerada **CRIME**. A saber:

*“Art. 90. **Frustrar** ou fraudar, **mediante** ajuste, combinação ou **qualquer** outro **expediente**, **o caráter competitivo** do procedimento licitatório, **com o intuito de obter**, para si ou para outrem, **vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação**;*

*Pena – **detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa**” (Grifo e negrito nosso)*

Em paralelo, outras medidas foram implementadas visando afastar o uso dos “robôs”, como a Instrução Normativa nº 03 de 2013 publicada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLITI/MPOG) a qual estabeleceu em seu art. 2º o seguinte: